CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31/12/2023

1. Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade do Rondônia (CRCRO), é dotado de personalidade jurídica e forma federativa e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidas no Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, aprovada por meio da Resolução CFC n.º 1.616/2021 e tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CRCRO n.º 186/2003 e alterações.

Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e tem como principais atividades o registro e expedição da carteira profissional, a fiscalização do exercício profissional, a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, regular acerca da aplicação do exame de suficiência e do cadastro de qualificação técnica, bem como a aplicação dos programas de educação continuada.

2. Base de Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua administração e são elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC n.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e a IN/VPCI nº 03/2023, que Dispõe sobre os procedimentos para o encerramento do exercício e elaboração do processo de Prestação de Contas pelos Conselhos de Contabilidade que integram o Sistema CFC/CRCs.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, são:

- Balanço Patrimonial (BP),
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Notas Explicativas.

Ressalta-se que as notas explicativas têm a finalidade de destacar e interpretar os detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis

Além disso, a fim de atender à Lei n.º 4.320/1964, apresentam-se no BP os valores dos grupos: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial. Cabe ressaltar que a diferença entre os montantes de ativo financeiro e passivo financeiro resulta no valor do superávit financeiro.

3. Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Conselho Regional fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota-parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado no quadro n.º 03.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os valores evidenciados no imobilizado são resultantes da avaliação dos bens ocorrido no ano de 2010, com a finalidade de implementação do novo modelo previsto no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs. Ressalta-se que no exercício de 2023 não ocorreram reavaliações.

Depreciação – A determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2010, foi definida com base em laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno, por meio da Instrução de Trabalho n.º 4/2012, elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162/1998.

c) Provisões – As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível.

d) Restos a Pagar – Considerando que os orçamentos e os recursos dos Conselhos que integram o Sistema CFC/CRCs, não estão vinculados ao orçamento do Governo Federal, e que não há transferências de recursos a título de subsídio ou outros afins para os Conselhos, ficou regulamentado no âmbito do Sistema CFC/CRCs de que o controle dos restos a pagar deverá ser aplicado para os Restos a Pagar Processado.

Ressalta-se que os créditos disponíveis decorrentes de contratos firmados e não executados dentro do exercício, são incluídos no orçamento do exercício subsequente, para o reconhecimento da despesa no exercício em que efetivamente ocorrer a liquidação da despesa, cujo procedimento não causa prejuízo a administração e não compromete a apuração do resultado orçamentário, em decorrência da ausência da liquidação da despesa como restos a pagar efetivamente processado.

4. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do Conselho, tendo em vista o disposto no item 5, alínea "a", da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995.

Neste documento, optou-se por suprimir os centavos, simplificando a apresentação dos dados.

5. Principais Critérios e Políticas Contábeis

Nos tópicos a seguir serão apresentadas as principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

Balanço Patrimonial

O BP tem por objetivo evidenciar a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e demonstra a posição dos ativos e passivos por meio de contas representativas do patrimônio público, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido), bem como os atos potenciais por ele gerido.

A seguir apresenta-se a composição destas notas

NOTA 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são recursos administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rondônia, para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A movimentação desses recursos está em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

> *"§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei." (Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, Art. 164, § 3°).*

Quadro 1: Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	2023	2022
Bancos Conta Movimento	0,00	57.407,15
Bancos Conta Arrecadação	0,00	57.407,15
Bancos Aplicação Financeira	2.090.496,34	2.304.795,11
Disponível p/ Aplicação Vinculada	0,00	0,00
Total	**2.090.496,34**	**2.362.202,26**

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar n° 101/2000. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

NOTA 02 - Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

a) Créditos a Receber

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei n° 9.295, de 27 de maio de 1946:

> *"Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:*
> *a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;*

b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea "b," do artigo anterior,
c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos;
d) doações e legados;
e) subvenções dos Governos."

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentada em 31/12/2023, os montantes abaixo:

Quadro 2: Créditos a Receber

Descrição	2023	2022
	Ativo Circulante	
Créditos do exercício	998.780,94	966.200,90
Créditos de exercícios anteriores	2.149.537,83	2.004.577,12
Parcelamento débitos	449.358,61	373.322,21
(-) Perda Estimada	- 2.567.295,76	- 2.386.343,59
Total	**1.030.381,62**	**957.756,64**
	Ativo Não circulante	
Parcelamento débitos	348.049,03	638.645,51
Créditos de exercícios anteriores não executados	1.268.517,88	1.609.263,10
Dívida Ativa Executada	2.860.447,77	4.751.650,36
(-) Perda Estimada	- 4.316.428,96	- 6.748.491,49
Total	**5.109.376,41**	**5.049.221,87**

Em razão da aprovação das Resoluções CFC n.º 1.680/2022 e n.º 1.684/2022, que tratam sobre as anuidades, multas, taxas e cobranças de créditos de exercícios encerrados, houve a baixa dos valores de cálculo de atualização monetária a partir de janeiro de 2023, passando o CRCRO a utilizar a Taxa Selic para os cálculos dos débitos, seguindo a metodologia adotada no Sistema de Cálculo de Acréscimos Legais (Sicalc) da Receita Federal do Brasil.

b) Ajustes para perdas créditos.

A metodologia de cálculo tem por base uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC n° 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

Quadro 3: Perdas Estimadas de Créditos

Descrição	2023	2022
	Ativo Circulante	
Saldo Créditos de Curto Prazo	2.597.677,38	3.344.100,23
Percentual de Inadimplência	0,71%	68%
Cálculo de ajuste de perdas	- 2.567.295,76	- 2.386.343,59
Créditos líquidos a receber	1.030.381,62	957.756,64
	Ativo Não circulante	
Saldo Créditos Realizáveis a Longo Prazo	4.477.014,68	6.999.558,97
Percentual de Inadimplência	0,96%	96%
Cálculo de ajuste de perdas	- 4.316.428,96	- 6.748.491,49
Créditos líquidos a receber	160.585,72	251.067,48

Para o cumprimento dessas normas, foi reconhecida a perda estimada de créditos de liquidação duvidosa atualizadas em 31/12/2023, conforme Pronunciamento VPCI nº 85/2012 e a baixa dos valores de cálculo de atualização monetária a partir de janeiro de 2023 utilizando a Taxa Selic para os cálculos dos débitos, aprovada nas Resoluções CFC nº 1.680/2022 e n.º 1.684/2022. Também foram apropriadas, atualizadas e registradas no passivo as ações de natureza trabalhista e cível, decorrente de processos em fase de classificação da Assessoria Jurídica, que posteriormente são contabilizados em contas de resultado.

NOTA 03 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoal e valores a receber de entes públicos.

Quadro 4: Demais Créditos e Valores

Descrição	2023	2022
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	3.552,04	2.658,41
Tributos e Contribuições a Recuperar	131,60	131,60
Créditos por Danos ao Patrimônio	0,00	0,00
Total	**5.524,96**	**2.790,01**

a) Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros

Valores relativos a adiantamento de férias concedidas a funcionários em 28/12/2023 e participação dos funcionários no custeio do vale alimentação e vale transporte a ser descontado na folha de pagamento de janeiro de 2024.

b) Tributos e Contribuições a Recuperar

Compreende os valores a receber do Conselho Federal de Contabilidade de cota parte repassada a maior e valores de imposto federal recolhido indevidamente aguardando restituição, conforme pedido a Secretaria da Receita Federal.

NOTA 04 – Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRCRO, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas, composto de materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação, materiais de distribuição, bens móveis não ativáveis e outros.

Os bens em almoxarifado estão avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Quadro 5: Materiais de Consumo

Descrição	2023	2022
Materiais de Consumo	26.811,95	14.465,81

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2023 e os ajustes necessários à sua regularização, foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldos das contas patrimoniais.

NOTA 05 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

Quadro 6: VPD Antecipada

Descrição	2023	2022
Seguros de bens móveis	1.685,24	391,37
Seguros de bens imóveis	806,72	218,38
Assinaturas periódicas	0,00	823,82
Total	**4.491,96**	**1.433,57**

NOTA 06 – Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Os bens que integram os investimentos, imobilizado e intangíveis estão assim distribuídos:

a) Investimentos

São compostos pelas participações permanentes que representam os investimentos realizados em empresas. O CRCRO não possui investimento em ações no exercício.

b) Imobilizado

b.1) Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecido contabilmente, no exercício de 2023. Os ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso) o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

Por meio da Portaria nº 069/2023, foi nomeada a comissão para o levantamento de bens móveis, a qual apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados.

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2023, são:

Quadro 7: Bens Móveis e Imóveis

DESCRIÇÃO	Saldo em 31/12/2022	Aquisições		Baixas		Ajuste ao Vr Recuperável	Saldo em 31/12/2023	Depreciação Acumulada
		Compras	Incorpora-ções	Alienação (Vendas)	Desincor-poração			
Móveis e Utensílios	399.403,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399.403,12	-233.100,52
Máquinas e Equipamentos	155.504,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.504,93	-80.581,96
Instalações	21.945,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.945,00	-5.925,24
Utensílios de Copa e Cozinha	6.182,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.182,85	-3.961,74
Veículos	187.046,00	262.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	449.546,00	-147.603,25
Equip. Processamento de Dados	260.079,45	10.666,62	0,00	0,00	0,00	0,00	270.746,07	-154.258,67
Sede	1.338.464,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.338.464,82	-59.769,72
Subsede	181.739,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.739,67	-6.231,24
Terrenos	2.767.888,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.767.888,34	0,00
Estudos e Projetos	6.500,00				6.500,00		0,00	0,00
TOTAL	**5.331.018,18**	**273.166,62**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.912.719,70**	**-685.201,10**

Em 2023, ocorreu a aquisição de 01 novos veículos, conforme Nota Fiscal nº 008.854, Proc. 2022/000432, Vol. II, no valor de R$ 262.500,00.

No grupo Equipamentos de Processamento de Dados, houve um investimento na troca do parque tecnológico na ordem de 4%, com o objetivo de atualização dos equipamentos, referente a aquisição de 6 aparelhos Smartphones Android, conforme Nota Fiscal n. 040.132.476, Proc. Nº SEI 9079610110000359.0000242/2023-30.

b.2) Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa CCI/CFC nº 04/2012.

Os bens adquiridos até dezembro de 2011 foram avaliados pela empresa UNISIS Administração Patrimonial LTDA e depreciados a partir de 1º de janeiro de 2011, de acordo com a vida útil do bem estabelecida no laudo de avaliação n. 2.964/2012. Com exceção da Sede e Subsede que foram reavaliados em dezembro de 2020, conforme Laudo do Eng.º Igor Nogueira CREA-PR 148326.

Os bens móveis adquiridos após esta data estão sendo depreciados com base na Instrução de Trabalho CCI/CFC nº 04/2012, conforme a seguir: Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos (uso administrativo), tempo de vida útil de 10 anos e valor residual de 10%; Equipamentos Processamento de Dados tempo de vida útil de 5 anos e valor residual de 10%, resultando nos saldos demonstrados no quadro aposto no item anterior.

Os bens são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação, a tabela abaixo demonstra o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do imobilizado:

Quadro 8: Depreciação/Amortização

Descrição	Vida útil	Valor residual
Móveis e utensílios de escritório	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10 anos	10%
Instalações	10 anos	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10 anos	10%
Veículos (uso administrativo)	10 anos	10%
Veículos (uso fiscalização)	10 anos	10%
Equip. de Processamento de dados	10 anos	10%
Sist. de Proc. de Dados – Softwares (amortização)	10 anos	10%
Sede (Edifício)	65 anos	20%
Subsede/Sala/Garagens	70 anos	20%

c) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

c.1) Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

NOTA 07 – Passivo Circulante

O passivo circulante apresenta o elenco de contas segregadas de acordo com o grau de exigibilidade, observada a seguinte divisão: Pessoal a pagar e encargos trabalhistas; obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; obrigações fiscais; depósitos consignáveis; fornecedores e contas a pagar; obrigações de repartições a outros entes; empréstimos e financiamentos; provisões; e demais obrigações.

As obrigações são mensuradas e/ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Quadro 10: Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias/Fornecedores

Descrição	2023	2022
Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	0,00	0,00
Obrigações fiscais de curto prazo	14,52	0,00
Depósitos Consignáveis	0,00	0,00
Fornecedores	12.177,14	8.700,04
Total	**12.191,66**	**8.700,04**

No saldo relativo as obrigações de curto prazo compreendem o fluxo de entradas e saídas de recursos, decorrentes de obrigações trabalhistas a pagar tais como folha de pagamento e seus encargos sociais e trabalhistas; os depósitos consignáveis, retidos nos pagamentos efetuados, mas que não sejam da propriedade do Conselho e que tenham caráter devolutivo. A avaliação é efetuada pelo valor original das transações e consta o registro dos montantes relativos à retenção calculada sobre o pagamento de salários, 1/3 de férias, 13º (décimo terceiro) salários, dentre outros.

No grupo de fornecedores estão registrados os valores a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços

Os valores retidos dos fornecedores são depositados em conta vinculada específica, conforme o disposto no Anexo XII da IN MPDG n.º 05/2017. A retenção no momento do pagamento é registrada em conta de passivo e o depósito em conta específica é efetuado em rubrica do ativo.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhadas às orientações da IN/VPCI/CFC nº 03/2023.

Quadro 11: Contas a pagar/ Transferências legais e outras obrigações

Descrição	2023	2022
Contas a Pagar crédito de terceiros	0,00	7.806,47
Transferências Legais	11.342,91	765,77
Outras Obrigações	29.077,51	14.459,83
Total	**40.420,42**	**23.032,07**

O saldo do grupo “Contas a Pagar crédito de terceiros” está representado por valores a pagar relativa a contas de água, energia, diárias e outras que não se caracterizam como fornecedores de material e/ou serviço.

O saldo da conta “Transferências Legais” refere-se à Cota Parte devida ao Conselho Federal de Contabilidade. O CRCXX repassa mensalmente o valor de 20% (vinte por cento) de toda a arrecadação.

No grupo de contas “Outras Obrigações” constam o saldo de “créditos não identificados”, de boletos recebidos em duplicidade, valores não identificados ou recebidos a maior, os quais estão sendo objeto de análise detalhada para correta identificação financeira.

NOTA 08 – Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos e os processos judiciais com perda classificada como "praticamente certa".
As provisões relativas aos processos judiciais com perda classificada como "provável", são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

I Provisões Trabalhistas
II Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis
III Provisão da Cota Parte

I Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento:

Quadro 12: Provisões de Férias

Descrição	2023	2022
Provisão de férias	98.827,16	75.824,92
Encargos Sociais	10.029,70	22.564,26
Total	**108.856,86**	**98.389,18**

Ocorreram alterações significativas nas provisões de férias, pois aconteceram modificações no número de colaboradores. Ressalta-se ainda que não há férias acumuladas e vencidas, desta forma não se observa variação expressiva nos saldos comparados entre os períodos.

As provisões para o décimo terceiro salário e seus encargos patronais são efetuadas mensalmente (1/12 avos), a partir do mês de janeiro de cada ano e são baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido até o dia 20/12 do exercício em curso, nos termos da legislação trabalhista. Desta forma não há saldo a ser evidenciado por ocasião do fechamento do balanço.

II Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis são constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes emitido pela Assessoria Jurídica, cujos processos são avaliados como "praticamente certo", "provável", "possível" e "remota", podendo ser para ganho ou perda.

As situações de "praticamente certo" e "provável" estão representadas no Balanço Patrimonial e a situação "possível" está destacado nesta nota explicativa, conforme estabelecido pela NBC TG 25 (R1), aprovada pela Resolução CFC n° 1.180/09.

De acordo com o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, uma contingência passiva é a possível obrigação presente, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle da entidade.

Ressalta-se que os processos contingentes cuja avaliação do grau de perda foi classificada como "possível" e "remota" não são reconhecidos contabilmente.

De acordo com o relatório enviado pela assessoria jurídica, segue demonstrativo com os valores correspondentes a quantidade e classificação das contingências trabalhistas e cíveis:

Quadro 13: Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Descrição	2023		2022	
Classificação	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Praticamente certo	0	0,00	5	21.500,00
Provável	0	0,00	6	76.506,45
Possível	8	46.045,45	0	0,00
Soma		**46.045,45**		**98.006,45**

III Provisão da Cota Parte

Constitui cota parte valor correspondente a 20% sobre os créditos a receber líquidos de curto e longo prazo conforme orientação do Pronunciamento nº 85/12 da Vice-presidência de Controle Interno do CFC.

Quadro 14: Cota Parte

Descrição	Créditos Líquidos	Cálculo Provisão da Cota Parte
Créditos a Receber - CP	1.030.381,62	206.076,32
Créditos a Receber - LP	160.585,72	32.117,14
Total da Carteira	**1.190.967,34**	**238.193,47**

NOTA 09 – Empréstimos

O empréstimo obtido com o Conselho Federal de Contabilidade teve a finalidade de construção, ampliação e/ou modernização da nossa sede e está contabilizado pelo valor original e os juros também foram evidenciados em contas distintas de acordo com o contrato.

Os registros contábeis referentes ao empréstimo obtido com Conselho Federal de Contabilidade, com saldos atualizados em 31/12/2023, são:

Quadro 15: Empréstimos

Curto Prazo		
Descrição	**2023**	**2022**
Empréstimo Principal	68.051,30	68.051,30
Juros sobre empréstimos	32.252,15	120.872,74
(-) Encargos financeiros a apropriar	-27.005,00	-48.962,91
Subtotal curto prazo	**73.298,45**	**139.961,13**

Longo Prazo		
Descrição	**2023**	**2022**
Empréstimo Principal	272.205,20	340.256,50
Juros sobre empréstimos	135.711,75	84.390,48
(-) Encargos financeiros a apropriar	-31.700,63	-50.029,10
Subtotal longo prazo	**376.216,32**	**374.617,88**

Total do Empréstimo		
Descrição	**2023**	**2022**
Principal (CP + LP)	340.256,50	408.307,80
Juros (CP + LP)	167.963,90	205.263,22
Encargos Financeiros a Apropriar (CP + LP)	-58.705,63	-98.992,01
TOTAL GERAL	**449.514,77**	**514.579,01**

NOTA 10 – Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente.

Quadro 16: Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2023	2022
Ajuste de Exercícios Anteriores	-6.264,00	0,00
Resultado do Exercício	-41.270,64	298.103,49
Resultados Acumulados Exercícios Anteriores	7.397.068,59	7.098.965,10
Total	**7.355.797,95**	**7.397.068,59**

São considerados na conta de "Ajustes de Exercícios Anteriores" os lançamentos de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2023 foram evidenciados os valores que pertenceram a exercícios anteriores, assim distribuídos:

Data	Descrição	Valor
09/08/2023	Baixa de Licença Zoom contratada em 2021.	-6.264,00
Total		**-6.264,00**

NOTA 11 – Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n° 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de 2023 foi apurado um superávit financeiro no valor de R$ 1.922.337,07, decorrente principalmente de excesso de arrecadação de exercícios anteriores.

Quadro 17: Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2023	2022
Ativo Financeiro	2.098.513,26	2.366.425,84
(-) Passivo Financeiro	-176.176,19	-136.451,29
Superávit	**1.922.337,07**	**2.229.974,55**

Metodologia de cálculo:

Ativo Financeiro	2023	2022
Ativo circulante	3.155.706,83	3.338.648,29
(-) créditos de curto prazo	-1.030.381,62	-957.756,64
(-) estoques	-26.811,95	-14.465,81
(=) Valor do Ativo Financeiro	2.098.513,26	2.366.425,84

Passivo Financeiro	2023	2022
Passivo circulante	533.713,56	616.183,69
(-) Provisão p riscos trabalhistas e cíveis	-46.045,45	-98.006,45
(-) Provisão de cota-parte	-238.193,47	-241.764,82
(-) Empréstimos	-73.298,45	-139.961,13
(=) Valor do Passivo Financeiro	176.176,19	136.451,29
Superávit Financeiro	**1.722.337,07**	**2.229.974,55**

NOTA 12 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

Quadro 18: Resultado Patrimonial

Resultado Patrimonial	2023	2022
Variações Patrimoniais Aumentativas	9.343.493,12	6.178.814,03
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	9.384.763,76	5.880.710,54
Superávit	**-44.651,23**	**298.103,49**

O Déficit Patrimonial ocorrido no exercício de 2023, no valor de R$ 44.651,23 (quarenta e um mil, duzentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos), decorre do reconhecimento de Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa, onde o saldo na conta de ajuste teve um aumento em relação ao exercício anterior, e também das provisões de indenizações de natureza trabalhista e cível, resultantes de processos em fase de apuração e com avaliação de elevado risco de realização por parte da assessoria jurídica externa. Dessa forma ocorre apuração das variações não orçamentárias do período, cumprindo as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	2023	2022
Ativo Financeiro	2.098.513,26	2.366.425,84
Ativo Permanente	6.157.569,98	6.021.444,32
ATIVO (I)	**8.256.083,24**	**8.387.870,16**
Passivo Financeiro	176.176,19	136.451,29
Passivo permanente	733.753,69	854.350,28
PASSIVO (II)	**909.929,88**	**990.801,57**
Saldo patrimonial acumulado (I-II)	**7.346.153,36**	**7.397.068,59**

NOTA 13– Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Quadro 19: Saldo disponível em Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	2023	2022
Saldo Disponível do Exercício Anterior	2.362.202,26	2.172.619,84
Saldo Disponível para o Exercício Seguinte	2.094.496,34	2.362.202,26

NOTA 14 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Resultado Orçamentário

O orçamento do CRCRO para o exercício de 2023 foi aprovado por meio da Resolução nº 345/2022, publicada no Diário Oficial do Estado do Rondônia, em 10 de janeiro de 2023 no valor de R$ 3.225.000,00 conforme legislação vigente, utilizando-se de excesso de arrecadação, cuja fonte foi o superávit de anos anteriores no valor de R$ 1.295.877,65, totalizando em R$ 4.520.877,65.

No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um déficit orçamentário de R$ 293.588,54.

Quadro 20: Resultado Orçamentário

Resultado Orçamentário	2023	2022
Receitas (corrente + capital)	3.397.376,52	2.816.688,29
Despesas (corrente + capital)	3.690.965,06	2.649.202,50
Superávit/Déficit	**-293.588,54**	**167.485,79**

O déficit orçamentário registrado no período resulta de uma combinação de fatores externos que impactaram adversamente a saúde financeira da entidade. Dentre as principais razões para a disparidade entre receitas e despesas, está o fato de que algumas receitas planejadas não foram alcançadas no exercício, como é o caso das receitas de contribuições que atingiu somente 95,96% do estimado.

Execução de Restos a Pagar Processados

O demonstrativo de execução de Restos a Pagar Processados demonstra os valores de obrigações empenhadas e liquidadas inscritas em restos a pagar, as despesas pagas no exercício subsequente e as canceladas.

Até o dia 31 de dezembro, o saldo a pagar de Restos a Pagar Processados totaliza R$ 24.285,82.

NOTA 15 – Demonstração do Fluxo de Caixa

O demonstrativo evidencia as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, os desembolsos relacionados com as atividades operacionais e outras que não se qualificam como de investimento ou financiamento.
- O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como, recebimentos por liquidação de adiantamentos. No CFC, inclui ainda a concessão e amortização de empréstimos e outras operações da mesma natureza.
- O fluxo de caixa dos financiamentos inclui à captação de recursos relacionados a empréstimos obtidos junto ao CFC, bem como, a amortização desses empréstimos

A geração líquida de caixa está demonstrada pela soma dos fluxos acima mencionados e o resultado do período, somado ao saldo do exercício anterior, evidencia o saldo do caixa e equivalente de caixa demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 21: Geração de Caixa e Equivalente de Caixa

Geração de Caixa e Equivalente de Caixa do período	2023	2022
Fluxo de Caixa das Operações	255.409,00	292.480,07
Fluxo de Caixa dos Investimentos	(457.732,91)	(34.846,35)
Fluxo de Caixa dos Financiamentos	(68.051,30)	(68.051,30)
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	**-271.705,92**	**189.549,42**

NOTA 16 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

Na demonstração encerrada no período, verificou-se que o patrimônio teve uma variação negativa de 69% entre 2022 e 2023, decorrente, principalmente do aumento do reconhecimento de Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa, onde o saldo na conta de ajuste foi superior em relação ao exercício anterior, e também das provisões de indenizações de natureza trabalhista e cível, resultantes de processos em fase de apuração e com avaliação de elevado risco de realização por parte da assessoria jurídica externa.

Porto Velho, 10 de fevereiro de 2024.

Contador **Jair Genor Bevilaqua**
Presidente do CRCRO

Contador **Silvano Sabino de Souza**
CRC nº RO-010515-O-8